

## CORPO DELIBERATIVO

Presidente	Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Vice-Presidente	Conselheiro Iran Coelho das Neves
Corregedor-Geral	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Ronaldo Chadid <i>Conselheiros em substituição conforme Ato Convocatório n. 004, de 01/10/2025</i>
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	Sérgio de Paula

## 1ª CÂMARA

Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	Sérgio de Paula

## 2ª CÂMARA

Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Ronaldo Chadid
<i>Conselheiros em substituição conforme Ato Convocatório n. 004, de 01/10/2025</i>	

## CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Coordenador	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora	Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral Adjunto	Matheus Henrique Pleutim de Miranda
Corregedor-Geral	Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva
Corregedor-Geral Substituto	Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

## SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO .....	2
--------------------------------	---

## LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....	<a href="#">Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012</a>
Regimento Interno.....	<a href="#">Resolução nº 98/2018</a>



## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

Juízo Singular

Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo

Decisão Singular Interlocutória

## DECISÃO SINGULAR INTERLOCUTÓRIA DSI - G.ODJ - 275/2025

**PROCESSO TC/MS:** TC/6654/2025**PROTOCOLO:** 2833648**ÓRGÃOS:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**RESPONSÁVEIS:** JOSÉ MARCOS CALDERAN; PAULA DE SOUZA KUENDIG BRITES**CARGO DOS RESPONSÁVEIS:** PREFEITO; SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**ASSUNTO:** DENÚNCIA**DENUNCIANTE:** ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR – OAB/SC n. 24.757**RELATOR:** CONS. PLANTONISTA OSMAR DOMINGUES JERONYMO**DENÚNCIA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO ELETRÔNICO N. 30/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 6.616/2025. INDEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. INTIMAÇÃO DOS INTERESSADOS.**

## DO RELATÓRIO

Trata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, apresentada por Ernesto Muniz de Souza Junior (OAB/SC n. 24.757), em face do Município de Maracaju, na qual são apontadas supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n. 30/2025 (Processo Administrativo n. 6.616/2025), cujo objeto consiste na contratação de empresa para locação de *softwares* integrados de gestão pública.

O presente expediente foi recebido pela Presidência desta Corte de Contas, conforme dispõe o art. 126, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018.

Em síntese, o denunciante aponta indícios de ilegalidade, fraude e conluio entre fornecedores, especialmente, na fase interna do certame, relacionados à formação do valor estimado da contratação, bem como sustenta que a pesquisa de preços foi realizada antes da elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD), do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR), em desacordo com o Decreto Municipal n. 93/2024.

Outrossim, alega que as cotações foram obtidas sem a prévia definição das especificações técnicas do objeto, o que indicaria possível direcionamento, e destaca a recorrente participação das empresas R3GED, GEMMAP e OCM como fornecedoras de cotações em certames vencidos pela R3GED, sem efetiva participação nas disputas, sugerindo conluio.

Ressalta, ainda, coincidências relevantes entre os valores apresentados, notadamente, a equivalência entre o custo de implantação e uma mensalidade de licenciamento, além da ausência de informações essenciais à adequada formação dos preços. E, ao final, menciona o exíguo prazo de resposta da empresa R3GED para fornecer a cotação solicitada pelo Município, e a não consulta à atual fornecedora do *software*, o que, segundo argumenta, indicaria restrição à competitividade.

Diante desse contexto, requer a concessão de medida cautelar para a suspensão do Pregão Eletrônico n. 30/2025 e, no mérito, a anulação do edital ou a sua retificação, para sanear as irregularidades apontadas.

## DA DECISÃO

A denúncia noticia possíveis irregularidades no procedimento licitatório Pregão Eletrônico n. 30/2025 (Processo Administrativo n. 6.616/2025), de responsabilidade do Município de Maracaju, especificamente, relacionadas à fase interna do certame e à formação do valor estimado da contratação.

A concessão de medida cautelar por este Tribunal exige a presença concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, bem como a demonstração de risco concreto e imediato de lesão ao erário ou de comprometimento do interesse público, requisitos que não se fazem presentes no caso em exame, conforme se depreende dos elementos constantes dos autos.



Com efeito, embora as alegações apresentadas pelo denunciante comportem apuração, inexistente demonstração objetiva de prejuízo iminente ou irreversível, que autorize a suspensão cautelar do procedimento licitatório, uma vez que as supostas irregularidades apontadas restringem-se à fase interna do certame, notadamente, à metodologia adotada para a pesquisa de preços e à formação do valor estimado, matérias que, por sua própria natureza, exigem análise técnica aprofundada e a prévia oitiva dos responsáveis.

Ressalte-se que a paralisação cautelar do certame constitui medida excepcional, a ser adotada com extrema parcimônia, sendo inadmissível quando ausente a demonstração concreta de que a continuidade do procedimento acarretará risco imediato de danos ao erário, circunstância que não se verifica de plano nos autos.

Ademais, o ordenamento jurídico impõe à Administração Pública o dever de rever seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, em observância ao princípio da autotutela, consagrado na Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal, mostrando-se adequado oportunizar à Administração Municipal a análise das inconsistências apontadas, antes de qualquer intervenção cautelar desta Corte.

Nesse contexto, revela-se mais adequado o prosseguimento da instrução processual, com a intimação dos responsáveis, a fim de possibilitar a adequada formação do juízo de mérito, sem prejuízo da adoção de providências futuras, caso surjam elementos novos, aptos a evidenciar risco efetivo ao interesse público ou ao erário.

Diante do exposto, nos termos do art. 58-A, § 6º, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual n. 345/2025, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS, alterado pela Resolução TCE/MS n. 247/2025, **DECIDO**:

1. pelo **indeferimento do pedido de aplicação de medida cautelar**, sendo assegurada a apuração das **alegações** apresentadas pelo denunciante, com observância do contraditório, da ampla defesa e da possibilidade de responsabilização posterior, caso comprovadas as irregularidades;
2. pelo **prosseguimento do procedimento licitatório Pregão Eletrônico n. 30/2025** (Processo Administrativo 6.616/2025), sem prejuízo da adoção de providências **futuras**, caso venham surgir elementos novos, que evidenciem risco efetivo ao interesse público ou ao erário;
3. pelo **encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Atividades Processuais, para a publicação desta decisão e demais providências cabíveis, nos termos do art. 70, § 4º, do RITC/MS**;
4. pela **intimação do prefeito de Maracaju, José Marcos Calderan, e da secretária municipal de Administração, Paula de Souza Kuendig Brites**, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, nos termos do art. 202, IV, c/c o art. 210 do RITC/MS, manifestem-se sobre o teor da denúncia;
5. pela **intimação** do denunciante, Ernesto Muniz de Souza Junior (OAB/SC n. 24.757), para ciência desta decisão;
6. pela **autorização** de acesso aos autos ao denunciante, nos termos do art. 3º da Lei n. 9.784/1999, ao prefeito de Maracaju, à secretária municipal de Administração e ao procurador jurídico do Município, devidamente constituído, nos termos do art. 105 do RITC/MS, condicionado à regularidade dos respectivos cadastros no Sistema e-CJUR.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 22 de dezembro de 2025.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONIMO**  
Plantonista – Portaria TCE-MS n. 223/2025  
DOE n. 4244 – 3.12.2025

**DECISÃO SINGULAR INTERLOCUTÓRIA DSI - G.ODJ - 276/2025**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6612/2025

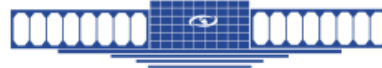
**PROTOCOLO:** 2831793

**ÓRGÃOS:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, RECEITA E ADMINISTRAÇÃO - SEPRAD (DENOMINADA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO, À ÉPOCA)

**RESPONSÁVEIS:** MARCELO DE AGUIAR IUNES; ÁLVARO BERNARDO DE LIMA; GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA; CAMILA CAMPOS DE CARVALHO

**CARGO DOS RESPONSÁVEIS:** EX-PREFEITO; EX-SECRETÁRIO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO; PREFEITO; SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, RECEITA E ADMINISTRAÇÃO





**ASSUNTO:** DENÚNCIA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**DENÚNCIA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO ELETRÔNICO N. 2/2024. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 26.148/2023 – SRP. INDEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. INTIMAÇÃO DOS INTERESSADOS.**

#### DO RELATÓRIO

Trata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, em face do Município de Corumbá, relativa a supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico n. 2/2024 (Processo Administrativo n. 26.148/2023 – SRP), cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de empresa para locação de relógios de ponto eletrônico, com leitor biométrico e *software* de gestão e tratamento de ponto, destinados a órgãos e entidades municipais.

A empresa ASAE Serviços Elétricos Ltda. sagrou-se vencedora do certame, tendo sido formalizada a Ata de Registro de Preços n. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024 com a Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração, por intermédio da Secretaria Executiva de Licitações e Contratações de Corumbá.

O expediente foi recebido pela Presidência desta Corte de Contas, nos termos do art. 126, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018.

O denunciante alega que o procedimento licitatório estaria viciado desde a fase de habilitação, em afronta à Lei n. 14.133/2021 e ao edital, em razão da habilitação indevida da empresa vencedora.

Sustenta que a empresa não teria comprovada, adequadamente, sua qualificação técnica e econômico-financeira, apresentando documentos vencidos ou insuficientes e atestados de capacidade técnica incompatíveis com o objeto licitado, referentes a serviços diversos e em quantitativos inferiores aos exigidos.

Relata, ainda, o indeferimento de recurso administrativo interposto por um dos licitantes, e o acolhimento de contrarrazões apresentadas pela empresa vencedora do certame, supostamente, desprovidas de fundamentação técnica.

Quanto à prova de conceito, aponta o descumprimento dos critérios de objetividade, transparência e comprovação prática, previstos no edital, com indícios de que o equipamento e o *software* apresentados não correspondem à proposta vencedora, inclusive quanto ao fabricante, modelo, capacidade operacional e requisitos de segurança da informação.

Menciona, também, a possível incompatibilidade do sistema com a Portaria MTE n. 671 e eventuais falhas no atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com risco à segurança dos dados dos servidores.

Por fim, argumenta que o objeto apresentado e, posteriormente, entregue seria diverso e tecnicamente inferior ao previsto no edital e na proposta vencedora, podendo caracterizar descumprimento contratual, prejuízo ao erário e violação aos princípios da legalidade, isonomia, moralidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e eficiência.

Diante disso, requer a instauração de procedimento investigatório; a suspensão cautelar da execução da Ata de Registro de Preços n. 33/2025 e dos pagamentos dela decorrentes; a abertura de Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa ASAE Serviços Elétricos Ltda., nos termos do art. 156 da Lei n. 14.133/2021; a apuração da responsabilidade dos agentes públicos envolvidos; e o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração de eventuais crimes contra a Administração Pública.

#### DA DECISÃO

Examina-se, nos autos, denúncia, acompanhada de pedido de medida cautelar, formulada em face do Município de Corumbá, relativa a supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico n. 02/2024 (Processo Administrativo n. 26.148/2023 – SRP), que resultou na celebração da Ata de Registro de Preços n. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024 com a empresa ASAE Serviços Elétricos Ltda., cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na locação de relógios de ponto eletrônico, com leitor biométrico e *software* de gestão e tratamento de ponto, destinados a órgãos e entidades municipais.

Registra-se que o edital da licitação foi publicado no Diário Oficial do Município de Corumbá (DIOCORUMBÁ), de 7 de maio de 2024, Edição n. 2.885; o aviso de resultado/adjudicação no DIOCORUMBÁ, de 2 de agosto de 2024, Edição n. 2.944, republicada na Edição n. 2.950, de 12 de agosto de 2024; o Termo de Homologação no DIOCORUMBÁ, Edição n. 3.176, de 22 de julho de 2025; e o extrato da Ata de Registro de Preços n. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024 - publicado na Edição n. 3.181 do DIOCORUMBÁ, de 29 de julho de 2025, encontrando-se o certame encerrado e com seus efeitos jurídicos plenamente constituídos.



A concessão de medida cautelar por este Tribunal exige a presença concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, bem como a demonstração de risco concreto e imediato de lesão ao erário ou de comprometimento do interesse público.

No caso concreto, embora o denunciante apresente alegações relacionadas à habilitação da empresa vencedora, à análise de recursos administrativos, à prova de conceito, à compatibilidade do sistema com a Portaria MTE n. 671, para atender a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e à execução do objeto, não se evidenciam, em juízo preliminar, elementos suficientes que indiquem ilegalidade manifesta ou risco concreto e imediato de danos ao erário, tendo em vista que as supostas irregularidades narradas dizem respeito, em sua maioria, a fases pretéritas do procedimento licitatório.

O pedido de suspensão foi apresentado em momento procedimental, no qual o certame já se encontrava regularmente homologado e a Ata de Registro de Preços devidamente formalizada, estando consolidados os efeitos jurídicos dos atos administrativos praticados.

As alegações deduzidas pelo denunciante referem-se, predominantemente, a supostos vícios ocorridos em fases anteriores do procedimento licitatório, os quais deveriam ter sido suscitados e apreciados no momento oportuno, durante o curso do certame.

A apreciação de medida cautelar, nesta etapa, sem a demonstração de risco concreto e imediato de lesão ao erário ou de comprometimento do interesse público, não se harmoniza com a natureza excepcional da tutela de urgência, no âmbito do controle externo, além de vulnerar os princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da estabilidade das relações administrativas.

Ressalte-se, ainda, que a suspensão da execução da Ata de Registro de Preços n. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024, sem a demonstração de vício grave, atual e devidamente comprovado, poderia comprometer a continuidade das atividades administrativas, ocasionando prejuízos à Administração Pública e contrariando o interesse público primário.

Cumprе salientar que, no que tange à solicitação de suspensão de pagamentos à empresa ASAE Serviços Elétricos Ltda., caso já tenham sido, efetivamente, prestados os serviços no âmbito da Ata de Registro de Preços n. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024, subsiste o dever da Administração Pública de promover a correspondente contraprestação financeira, ainda que venha a ser reconhecida eventual nulidade do procedimento licitatório ou contratual. Isso porque, à luz do princípio da vedação ao enriquecimento ilícito, também denominado enriquecimento sem causa, é juridicamente inadmissível que o ente público se beneficie de serviços executados sem o devido pagamento; sem prejuízo da responsabilização do contratado, caso reste demonstrado que tenha agido de má-fé ou concorrido para a nulidade dos atos.

No que se refere aos demais pedidos formulados pelo denunciante — instauração de procedimento investigatório; abertura de Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa ASAE Serviços Elétricos Ltda.; apuração de responsabilidade de agentes públicos e encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual — verifica-se que, neste momento processual, não se encontram presentes elementos suficientes que autorizem sua adoção imediata, sobretudo considerando que, nesta fase, a apreciação se limita a juízo preliminar, sem aprofundamento do mérito.

Ademais, caso a Administração Municipal identifique vício de legalidade insanável no Pregão Eletrônico n. 02/2024 (Processo Administrativo n. 26.148/2023 – SRP) ou na Ata de Registro de Preços n. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024, é assegurado à Administração Municipal o poder-dever de promover a anulação de ofício do procedimento e dos atos dele decorrentes, nos termos da Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal, desde que observados o devido processo legal, nos termos da Lei n. 14.133/2021, especialmente, os arts. 71, § 4º, 147, 148 e 149, mediante processo administrativo próprio, com motivação expressa, garantia do contraditório e da ampla defesa, decisão fundamentada e publicação do ato na imprensa oficial.

Assim, revela-se mais adequado o prosseguimento da instrução processual, com a intimação dos responsáveis, a fim de possibilitar a adequada formação do juízo de mérito, sem prejuízo da adoção de providências futuras, caso surjam elementos novos, aptos a evidenciar risco efetivo ao interesse público ou ao erário.

Diante do exposto, ausentes os pressupostos legais para a concessão da medida cautelar, bem como os fundamentos para o acolhimento dos demais pedidos formulados, e nos termos do art. 58-A, § 6º, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual n. 345/2025, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS, alterado pela Resolução TCE/MS n. 247/2025, **DECIDO**:

**1. pelo indeferimento do pedido de aplicação de medida cautelar**, sendo assegurada a apuração das **alegações** apresentadas pelo denunciante, com observância do contraditório, da ampla defesa e da possibilidade de responsabilização posterior, caso comprovadas as irregularidades;





**2. pelo prosseguimento da execução da Ata de Registro de Preços n. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024 (Processo Administrativo n. 26.148/2023 – SRP)** celebrada entre a Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração de Corumbá - SEPRAD, por intermédio da Secretaria Executiva de Licitações e Contratações, e a empresa ASAE Serviços Elétricos Ltda., sem prejuízo da adoção de providências futuras, caso venham surgir elementos novos, que evidenciem risco efetivo ao interesse público ou ao erário;

**3. pelo encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Atividades Processuais, para a publicação desta decisão e demais providências cabíveis, nos termos do art. 70, § 4º, do RITC/MS;**

**4. pela intimação dos responsáveis abaixo identificados, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 202, IV, c/c o art. 210 do RITC/MS, manifestem-se sobre o teor da denúncia;**

4.1 Marcelo de Aguilar lunes, ex-prefeito de Corumbá;

4.2 Gabriel Alves de Oliveira, prefeito de Corumbá;

4.3 Álvaro Bernardo de Lima, ex-secretário de Planejamento, Receita e Administração de Corumbá – SEPRAD (denominada Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, à época), responsável pelo resultado/adjudicação do Pregão Eletrônico n. 2/2024 (Processo Administrativo n. 26.148/2023 – SRP);

4.4 Camila Campos de Carvalho, secretária de Planejamento, Receita e Administração de Corumbá – SEPRAD;

4.5 Alexandre de Barros Mauro, secretário executivo de Compras e Licitações de Corumbá, responsável pelo edital do Pregão Eletrônico n. 2/2024 (Processo Administrativo n. 26.148/2023 – SRP);

4.6 Enio Gonçalves Vasconcelos, secretário executivo de Compras e Licitações de Corumbá, responsável pela homologação do Pregão Eletrônico n. 2/2024 (Processo Administrativo n. 26.148/2023 – SRP) e pela formalização da Ata de Registro de Preços n. 33/2025 – SEPRAD/PE 02/2024;

**5. pela autorização de acesso** aos autos ao denunciante, nos termos do art. 3º da Lei n. 9.784/1999, aos responsáveis mencionados no item 4 desta decisão e ao procurador jurídico do Município, devidamente constituído, nos termos do art. 105 do RITC/MS, condicionado à regularidade dos respectivos cadastros no Sistema e-CJUR.

**6. pelo encaminhamento dos autos à Ouvidoria,** para o envio desta decisão ao denunciante e liberação de acesso, em razão do caráter anonimizado da denúncia.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 23 de dezembro de 2025.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Plantonista – Portaria TCE-MS n. 223/2025  
DOE n. 4244 – 3.12.2025

